

## PAULO HONÓRIO E RIOBALDO: DOIS EXPLORADORES DO LEGADO DA NOSSA MISÉRIA

Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado Proença (USP)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar a condição de proprietários das personagens Paulo Honório e Riobaldo, protagonistas dos romances *S. Bernardo* e *Grande sertão: veredas*, escritos por Graciliano Ramos e João Guimarães Rosa, respectivamente. Vamos investigar o percurso que ambos traçaram para sair da condição de pobreza e serem alçados ao posto de donos de terras, os mecanismos de violência que empregaram e a maneira como lidam com seus dependentes. Tentaremos demonstrar como a formação desses proprietários se deu em um momento no qual o país vivia um processo de modernização conservadora, totalmente dissociado da inclusão social. Dessa forma, eles não hesitarão em empregarem violência, práticas clientelistas e presentear seus dependentes com migalhas, para conseguirem e assegurarem suas propriedades.

**Palavras-chave:** Guimarães Rosa; Graciliano Ramos; *S. Bernardo*; *Grande sertão: veredas*.

**Abstract:** This paper aims to analyse the condition of owners of the characters Paulo Honório and Riobaldo, protagonists of the novels *S. Bernardo* and *The Devil to Pay in the Backlands*, written by Graciliano Ramos and João Guimarães Rosa, respectively. We will investigate the path that both made to leave the condition of poverty until the place of landowners, the mechanisms of violence they used and the way they dealt with their dependents. We will try to demonstrate how the formation of those owners happened in a moment in which Brazil experienced a conservative process of modernization, totally dissociated from social inclusion. Therefore, they will not hesitate in using violence, clientelist practices and let crumbs to maintain his dependents' loyalty, in other to protect their property.

**Key-words:** Guimarães Rosa; Graciliano Ramos; *S. Bernardo*; *The Devil to Pay in the Backlands*

### I. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a comparar as semelhanças e diferenças na maneira como as personagens Paulo Honório, narrador-protagonista de *S. Bernardo* (romance de Graciliano Ramos, de 1936), e Riobaldo, que ocupa a mesma função em *Grande Sertão: Veredas* (1956), se constituíram enquanto proprietários. Para tanto, primeiramente, investigaremos as origens sociais e o percurso realizado até o posto de proprietários. Posteriormente, como uma outra faceta da condição de

donos de terras, analisaremos como essas personagens lidam com seus subalternos e como fazem para proteger a terra que está em sua posse.

As bases para a nossa leitura de *S. Bernardo* advirão essencialmente dos textos “O mundo à revelia”, de João Luis Lafetá (1979); “A subjetividade do lobisomem”, de Ana Paula Pacheco (1996); “A erupção do outro”, de Luís Bueno (2006). Já as de *Grande Sertão: Veredas* serão: “O jagunço, destino preso” e “O letrado, a vida passada a limpo”, ambos de Walnice Galvão (1972); e “O pacto no *Grande Sertão* – esoterismo ou lei fundadora”, de Willi Bolle (1997-1998).

Além da comparação, contudo, será preciso tecer alguns breves apontamentos sobre o contexto histórico. Para tanto, vamos utilizar reflexões e informações contidas nos capítulos “O Homem Cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda (1995); “A Primeira república e o Povo nas ruas” e “Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil Moderno”, presentes no livro *Brasil: uma biografia* (2015); e “Os Pressupostos do Básico”, de João Luiz Lafetá (1986).

## II. UMA NOVA CONSCIÊNCIA PARA O ATRASO NO PAÍS DAS AMBIVALÊNCIAS

Nas próximas linhas, teceremos algumas considerações sobre o contexto histórico e sobre a ideia de país que tinham os intelectuais e escritores da década de 1930. Para tanto, precisaremos explicar alguns fenômenos sociais da República Velha.

Por um lado, é possível analisar o período que vai de 1880 (pouco antes da Proclamação da República) a 1930, como um momento de desenvolvimento e progresso para o Brasil. Afinal, foi uma época de enorme dinamização da sociedade brasileira, marcada por crescimento populacional, incentivo à imigração<sup>1</sup>, substituição de importações na I Guerra Mundial e, embora o país

<sup>1</sup> Entre 1904 e 1930, o país recebia aproximadamente 79 mil imigrantes por ano (SCHWARZ, STARLING, 2015).

mantivesse sua estrutura agrário-exportadora, conseqüente fortalecimento das indústrias<sup>2</sup> (SCHWARZ, STARLING, 2015).

Também ocorreu uma modernização dos espaços urbanos, sobretudo das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A capital paulista foi contemplada com a criação do Instituto Butantan, em 1901, com o nascimento de novos bairros e com a instalação da iluminação pública elétrica e transportes públicos sobre trilhos. Já a então capital federal, no governo Rodrigues Alves vivenciou uma reforma urbanística inspirada no projeto parisiense (com avenidas largas, monumentos e edifícios públicos suntuosos), organizou uma rede de saneamento básico concebida pelo sanitarista Oswaldo Cruz e ainda reformou o seu porto; a capital fora remodelada para funcionar como “uma vitrine para os negócios estrangeiros” (SCHWARZ, STARLING, 2015, p.327). Já Belo Horizonte foi concebida para ser uma cidade com amplas avenidas que assegurassem a fluidez do tráfego e: “...muitas praças, e uma noção rigorosa de hierarquia da área urbana – de um lado ficavam os serviços comuns, como estação ferroviária, hospital e comércio; do outro, teatro, escolas, a municipalidade”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, pp.327-328).

O progresso industrial e o desenvolvimento dos espaços urbanos não são, contudo, sinônimo de inclusão. Haja vista que tal modernização teve feições elitistas e autoritárias: nas três capitais supracitadas, cortiços e moradias de pessoas pobres foram destruídas porque não contribuía para o embelezamento das cidades. Além disso, os espaços urbanos passavam por problemas que sempre afetavam a população menos favorecida: crises de carestia, aumento no custo dos transportes e dos alimentos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

---

<sup>2</sup> As autoras apresentam algumas estatísticas que ajudam a dimensionar esse desenvolvimento industrial: “entre 1880 e 1884, foram abertas 150 novas fábricas; em 1907, esse número saltou para 3410, e, em 1929, 13336 novos estabelecimentos absorviam um total de 275512 operários”. (SCHWARZ; STARLING, 2015, p.335). Ainda é interessante notar, conforme indicam as intelectuais, que os trabalhadores dessas fábricas, revoltados com as condições de trabalho de então, vão realizar diversos movimentos grevistas: mais precisamente, 400 greves foram organizadas no país, entre 1900 e 1920. Esta década, aliás, foi marcada pela fundação do Partido Comunista, em 1922, e por forte repressão policial aos movimentos operários.

Se nas grandes cidades a vida da população mais pobre era difícil, no campo poderia ser ainda pior, pois ficavam sob o jugo dos coronéis. Essa figura, outrora a patente mais elevada da Guarda Nacional, era o sustentáculo da Política dos Governadores, que fora concebida por Campos Sales, em 1898, como um mecanismo que assegurava a autonomia (e os desmandos) das elites regionais (ou coronéis) em seus Estados e, em troca, exigia que estas sempre fossem subservientes às decisões tomadas pelo poder central. “ (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.321).

Assim, sem qualquer instância superior que lhes cerceasse o poder ou punisse os desmandos, os coronéis gozavam de imensa autonomia:

O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros.

O coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão de cargos públicos, que iam do delegado de polícia à professora primária. E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos da época, o país não passava de uma grande fazenda (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.322).

Visto sob esses ângulos, o Brasil parecia (e ainda parece) um país eivado de ambiguidades e ambivalências. É preciso ter em mente que esta não é uma nação para ser pensada em termos dicotômicos: “Em vez da dicotomia fácil – monarquia ou república; barbárie ou progresso – conviviam tempos distintos, inclusão e exclusão, avanço tecnológico e repressão política e social” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.328). Dessa maneira, é preciso ter a percepção de que havia (e ainda há) a coexistência de bondes e carroças, ilhas de desenvolvimento urbano e vastas áreas rurais, clientelismos com processos de institucionalização

política e social<sup>3</sup>, dentre tantas outras ambiguidades que não passariam despercebidas aos olhos dos escritores e intelectuais brasileiros dos primeiros decênios do século XX.

Dessa forma, figuras como Oswald Andrade, Mário de Andrade (em seus poemas da primeira metade da década de 1920) tomavam essa coexistência entre o atraso e o moderno como um elemento tipicamente nacional e contemplavam o país com certo otimismo. Em outras palavras, embora essa geração tivesse consciência do atraso nacional, não julgava que houvesse a necessidade de uma revolução. As deficiências do Brasil eram atribuídas ao fato de este ser um *país novo* (LAFETÁ, 1974).

Já na década de 1930, houve um alinhamento ideológico muito mais intenso e uma forte conscientização política<sup>4</sup>, gerando intensos debates em torno das mazelas nacionais. Com isso, a consciência pessimista do subdesenvolvimento tornou-se muito mais aguda e os problemas sociais da jovem nação são expostos com crueza<sup>5</sup> (LAFETÁ, 1974). Candido resume o raciocínio de Lafetá da seguinte maneira: a consciência amena do atraso, da geração de 1922, dá lugar à trágica do atraso, da de 1930.

---

<sup>3</sup> O ano de 1930, contudo, parecia indicar uma ruptura desse panorama. O presidente Washington Luís insistia na candidatura de Júlio Prestes ao posto de chefe de Estado, rompendo com o revezamento entre Paulistas e Mineiros e perdendo apoio das elites regionais, sobretudo as mineiras, gaúchas e paraibanas. Estas, sob a influência Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, costuraram uma aliança em torno de um candidato opositor: Getúlio Vargas. Ele e João Pessoa lideravam a Aliança Liberal, que trazia em sua agenda a proposta de incorporar novos setores da população à vida pública brasileira e alguns poucos mecanismos de seguridade social, tais como jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo e proteção ao trabalho de mulheres e crianças (SCHWARZ, STARLING, 2015, p.354).

A Revolução de Outubro de 1930 conduziria Vargas, derrotado nas urnas, ao poder. Ele, de fato, implementaria leis trabalhistas e um arremedo de Estado de Bem-Estar Social (que vem sendo destruído de 2016 em diante). No entanto, a desigualdade social e os problemas estruturais da sociedade brasileira não seriam dramaticamente alterados, pois a Era Vargas também foi muito boa para os empresários e para as elites. (SCHWARZ; STARLING, 2015).

<sup>4</sup> E não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Lafetá (1974) aponta que Nazismo, Fascismo, Comunismo e Liberalismo mediam forças em diversos países.

<sup>5</sup> Neste texto, Lafetá, embora estabeleça diferenças entre o enfoque da geração de 1922 e o da de 1930, não defende a existência de dois Modernismos. Para ele, o Modernismo é um só: o que ocorre é que a ênfase da dos escritores dos anos 1920 repousava no projeto estético; enquanto que a do de 1930, estava no ideológico. O autor, porém, frisa que o ideológico está embutido no estético e vice-versa.

E é assim, ciente das agruras por que passava o Brasil e do tortuoso processo de modernização que instalava o capitalismo industrial nos trópicos, que Graciliano Ramos vai, em 1936, com *S. Bernardo*, expor como se forma um burguês em uma sociedade tão caracterizada por contradições e desigualdades como a brasileira (PACHECO, 2010). De modo similar, Guimarães Rosa, sem ignorar nossas ambivalências constitutivas<sup>6</sup>, vai investigar a gênese de um latifundiário no sertão de Minas Gerais.

### III. ECOS MACHADIANOS

Ao analisar o ponto de vista narrativo de *S. Bernardo* e de *Grande sertão: veredas*, é possível notar que o acurado retrato que Graciliano e Guimarães fizeram da formação dos proprietários brasileiros. Afinal, eles se valeram de um recurso que consagrou Machado de Assis: a autoexposição involuntária de um figurão da elite<sup>7</sup>.

Para Ana Paula Pacheco (2010), assim como nos romances da fase madura de Machado de Assis, temos, em *S. Bernardo*, a adaptação (ou não adaptação) das elites brasileiras aos ciclos históricos do capital. Ambos mostram o fundo arcaico que existe no burguês brasileiro. Mais do que retomar o percurso

---

<sup>6</sup> Cumpre notar que, embora *Grande Sertão: Veredas* tenha sido publicado em 1956, o contexto da trama, conforme aponta Arrigucci (1994) se passa provavelmente na década de 1920. Por isso, o contexto histórico da República Velha também é útil para entendermos a obra.

<sup>7</sup> Segundo Schwarz (2004, 2012), o que vai marcar a grande reviravolta nas obras de Machado de Assis é o momento em que o autor vai construir seus romances apresentando o ponto de vista narrativo de um figurão da elite, que, ao narrar sua vida, desnuda seus preconceitos e expõe as veleidades de sua classe social. O primeiro momento em que Machado lança mão deste artifício é com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). O narrador-protagonista "...é um proprietário à brasileira, senhor de escravos, enfrontado em relações de clientela, adepto dos progressos europeus e sócio do condomínio pós-colonial de dominação" (SCHWARZ, 2004, p.19). O seu ponto de vista narrativo é incapaz de deixar de expor as contradições, as violências e os interesses sociais de um grande proprietário brasileiro. Assim, Brás Cubas apresenta a lógica do favorecimento e do clientelismo, bem como as humilhações que perpetrou contra os seus subalternos – fossem escravos ou dependentes, caso de Dona Plácida – na plenitude de sua gravidade. Ele, embora um narrador culto e civilizado, é indulgente consigo mesmo e com as gritantes contradições da sociedade brasileira, reiterando os atrasos da nossa formação social, em lugar de tentar superá-los (SCHWARZ, 2004).

machadiano nos procedimentos narrativos, Graciliano Ramos fá-lo como forma<sup>8</sup>.

Assim:

Num momento de consolidação do capitalismo industrial no Brasil, Graciliano Ramos dá voz a um fazendeiro que não pertence à tradicional família brasileira e que – em princípio – imagináramos não integrar seus mecanismos de poder. Por hipótese, a narrativa cujo ponto de fuga é a decadência de Paulo Honório e de sua propriedade traria sobre um velho tema da nossa literatura um novo ângulo de classe, ao que tudo indica, correspondente a um dinamismo social novo. (PACHECO, 2010, pp.67-68).

Em *Grande Sertão: veredas*, também há ecos machadianos, conforme aponta Bolle (1997-98). Recorrendo a Schwarz, o crítico alemão avalia que, para Guimarães, a modernização do país e a máquina de poder deste só poderia ser vista “de dentro” e que justamente esse seria o viés machadiano de Rosa. Seria, sem dúvida, fascinante explorar mais detalhadamente as semelhanças e diferenças entre Paulo Honório, Riobaldo e Brás Cubas. Contudo, talvez nos desviasse um pouco da comparação entre os dois primeiros. Importa, porém, frisar a existência do procedimento machadiano de exposição de uma figura da elite em ambos os romances.

Uma vez exposto, ainda que panoramicamente, o ponto de vista narrativo das obras, examinemos como os personagens ascendem da plebe à elite.

#### IV. PROPRIETÁRIOS À BRASILEIRA

Logo no início do livro, Paulo Honório já afirma que seu grande objetivo de vida era apossar-se das terras de S. Bernardo, empreendimento muito difícil “para o sujeito que vai começar, olha os quatro cantos e não tem em que se pegue” (RAMOS, 1979, p.11). Vê-se, pois, que o protagonista não é um proprietário

---

<sup>8</sup> Aqui convém recorrer às duas acepções que Roberto Schwarz dá ao termo forma: “a) como regra de composição da narrativa, e b) como estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (SCHWARZ, 2012, p.18).

nascido em berço de ouro, mas um homem pobre que gastou , até os 18 anos, “muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço” (RAMOS, 1979, p.13), na própria fazenda S. Bernardo, e que somente aprendeu a ler na prisão.

Uma vez liberto, seu propósito era enriquecer. Para tanto, contraiu um empréstimo de 100 mil réis junto a Seu Pereira, com juro de 5% ao mês, mais tarde reduzidos a 3,5%. Com esse dinheiro, viajou pelo sertão metendo-se em toda sorte de “operações embrulhadíssimas” (RAMOS, 1979, p.14), recorrendo a empréstimos, se preciso, e não hesitando em aplicar a violência, sempre que necessário, como no episódio em que Paulo Honório ameaça Doutor Sampaio porque este tentara lhe ludibriar em uma transação comercial: “O que há é que o senhor vai espichar aqui trinta contos e mais os juros de seis meses. Ou paga ou eu mando sangrá-lo devagarinho” (RAMOS, 1979, p.14).

Dispondo de algum capital, estabeleceu-se em Viçosa (Alagoas) e levou a cabo seu plano de adquirir a fazenda. Paulo Honório, então, notando que Luís Padilha, o herdeiro da propriedade, era um jovem perdulário e pouco cioso do capital (afinal apostava o dinheiro no jogo), tratou de travar amizade com ele. Primeiramente, emprestou-lhe dois contos de réis. Tempos depois, dispôs de mais quinhentos mil réis para o rapaz. Ao ver a letra, dissimulou: “Para que isso? Entre nós...Formalidades” (RAMOS, 1979, p.16). Contudo, tratou de guardar o documento. Mais tarde, vinte contos foram destinados ao herdeiro, como se Paulo Honório quisesse dar corda para o rapaz enforcar-se. Quando venceu a letra, Paulo Honório foi ter com Padilha e advertiu: “Tomo-lhe tudo, seu cachorro, deixo-o de camisa e ceroula” (RAMOS, 1979, p.23). Hábil negociador, o narrador conseguiu deduzir a dívida, os juros, o preço da casa e ficar com a propriedade por sete contos e quinhentos e cinquenta mil réis, valor irrisório, perto do que valia a propriedade. Paulo Honório afirma não ter tido remorsos (RAMOS, 1979, p.26).

Uma vez proprietário, ele e o vizinho, Mendonça, começam a discutir acerca dos limites da propriedade, cada qual querendo ampliar as suas terras.



Após alguns conflitos e uma falsa diplomacia, Paulo Honório mandou Casemiro Lopes assassinar o vizinho e, somente com as filhas deste vivas, se sentiu seguro para colocar a cerca onde lhe convinha. Depois disso, Paulo Honório, aumentou ainda mais as fronteiras de S. Bernardo, tomando espaços pertencentes a outras fazendas:

...invadi a terra do Fidélis, paralítico de um braço, e a dos Gama, que pandagevam no Recife, estudando direito. Respeitei o engenho do dr. Magalhães.

Violências miúdas passaram despercebidas. As questões mais sérias foram ganhas no foro, graças às chicanas de João Nogueira. (RAMOS, 1979, p.40)

Diante de todos esses dados expostos, convém apresentar diferentes apreciações dos episódios e de aspectos que norteiam a personalidade de Paulo Honório e seu modo de agir.

Primeiramente, é mister notar que o sentimento de propriedade é um dos elementos temáticos que unificam o livro. Para Lafetá (1979), a objetividade implacável de Paulo Honório sempre tem um propósito: apropriar-se de algo. Além disso, existe, conforme aponta Luís Bueno (2006), uma relação utilitária com o outro: importa que este sirva aos propósitos do narrador. Se não o fizer, ou será anulado ou eliminado. Assim, na dinâmica da aquisição da fazenda S. Bernardo, essas três possibilidades aparecem: Casimiro Lopes serve, logo é exaltado<sup>9</sup>; Padilha é anulado; Mendonça, eliminado.

Também convém notar que a ascensão de Paulo Honório se dá com uma mistura de um apurado senso de oportunidade e um implacável emprego da violência, sempre que necessário. O livro relativiza os significados da ascensão pelo mérito no Brasil. Afinal, a formação pessoal violenta é socialmente vencedora. Ele é um indivíduo que ascende socialmente utilizando meios escusos,

<sup>9</sup> Casemiro é exaltado pelo padrão de uma maneira *sui generis*: "Gosto dele [de Casemiro]. É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão". (RAMOS, 1979, p.15).

notadamente a agiotagem, a fraude e o assassinato. Portanto: “Está claro que a escalada social envolve uma combinação à brasileira entre brutalidade física, sistema financeiro (bancos e empréstimos), política local, agiotagem e roubo, meios igualmente válidos para ampliar as terras” (PACHECO, 2010, p.73).

Para Pacheco (2010), Graciliano Ramos dá forma a um novo senso de oportunidade que cresce no Brasil. Só que “essas oportunidades aparecem sob o filtro do descompasso característico do país quanto à ordem do dia”. (PACHECO, 2010, p.74). O aproveitamento das oportunidades exigia trapaças, vilanias e o aniquilamento do outro.

Importa também notar que o senso de oportunidade de Paulo Honório está atrelado a uma acurada percepção do funcionamento do Estado e das estruturas de poder vigentes. O último trecho citado do romance (na folha anterior) demonstra isso claramente: Paulo Honório não atenta contra as terras do juiz, pois sabe que pode ter problemas, afinal um magistrado tinha os meios para fazer o judiciário trabalhar em benefício próprio. Além disso, Paulo Honório sabe que eventuais complicações poderiam ser resolvidas por João Nogueira, funcionário público que, quando necessário, concedia favores ao narrador. Paulo Honório parece, pois, perfeitamente consciente de que, conforme sugere Sérgio Buarque de Hollanda (1995) o funcionalismo público está eivado de personalismo, cordialidade (em uma acepção negativa do termo), sendo totalmente incapaz de compreender a distinção entre público e privado. Afinal, para o historiador, no Brasil, a gestão pública era (e ainda é) um assunto de interesse particular.

A constituição de Riobaldo enquanto proprietário é diferente. Primeiramente, existe a dificuldade de traçar a sua origem social. Afinal, diferentemente de Paulo Honório, existe uma ambivalência a permear a origem social do narrador de *Grande Sertão*: embora filho de mãe solteira, mais tarde ele descobre que seu pai era na verdade a pessoa que ele acreditava que fosse seu padrinho, o fazendeiro Selorico Mendes, para cuja propriedade Riobaldo partiu

depois da morte da mãe. Logo, fica difícil discernir se ele é um plebeu ou um membro da elite.

Com isso, se por um lado, viveu boa parte de sua infância em situação de penúria, por outro, quando foi para a fazenda de seu Selorico, dispôs de conforto, aprendeu a ler, escrever e foi um aluno que “daria um professor de mão cheia”. No entanto, Selorico, que era fascinado pela mitologia em torno dos jagunços, não achou que o letramento e a instrução escolar bastassem para a formação de Riobaldo: era preciso ensinar o filho/afilhado a atirar e a manejar armas de corte:

Queria que eu aprendesse a atirar, e manejar porrête e faca. Me deu logo um punhal, me deu uma garrucha e uma granadeira. Mais tarde, me deu até um facão enterçado, que tinha mandado forjar para próprio, quase do tamanho de espada e em formato de folha de gravatá. (ROSA, 2006, pp.112-113).

Quando o bando de Joca Ramiro faz pouso na fazenda de Selorico, Riobaldo fica fascinado com os jagunços. Posteriormente, embora o padrinho/pai deixasse Riobaldo viver “na lordeza” (ROSA, 2006, p.122), o narrador não estava feliz e ficou com muita raiva ao ouvir que não era acaso que suas feições e as de Selorico fossem tão parecidas. Por isso, fugiu. Algum tempo peregrinou pela casa de alguns conhecidos até encontrar Mestre Lucas e dizer a este que Selorico dera autorização a Riobaldo para começar vida nova no Currálinho. O professor acreditou e tomou Riobaldo para assistente.

Quando o jagunço Zé Bebelo, inimigo de Joca Ramiro, aparece por lá, aquele, que tinha enorme apreço pelas letras, toma Riobaldo como seu assistente e sempre se referirá a este como “professor”. Dessa maneira, justamente por ser letrado, é que Riobaldo entra para o mundo da jagunçagem. Para Walnice Galvão (1972), Riobaldo tem um destino duplo, marcado pelas armas e pelas letras<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Embora o destino de Riobaldo seja marcado por esse duplo destino, não se deve pensar que a jagunçagem seja tão somente a corporificação da violência. O mundo dos jagunços possui uma ética bastante elaborada: há regras que regem a admissão e a saída de membros no bando, limites para o uso da violência, regras de hierarquia e mecanismos que regem a escolha do chefe. Enfim, existe todo um código de ética elaborado que rege a

(essa seria uma das ambivalências constitutivas da obra<sup>11</sup>) e o responsável por isso é Selorico, que ensinou o afilhado/filho a atirar e lhe deu a instrução básica.

No entanto, Riobaldo, durante boa parte da obra sempre será um meio jagunço, pois sua consciência sempre será marcada por crises e questionamentos. Ele se sente culpado por contar informações da organização de Joca Ramiro ao seu chefe. Posteriormente, Riobaldo deserta do bando de Zé Bebelo e junta-se ao de Joca Ramiro e, novamente, sente-se culpado por fazer o inverso: contar segredos da organização de Zé Bebelo ao seu novo líder. (GALVÃO, 1972).

Após Hermógenes matar Joca Ramiro, a busca de vingança contra o assassino será empreendida por Riobaldo, Diadorim, Medeiro Vaz e, posterior e provisoriamente, Zé Bebelo. No afã de derrotar seu inimigo, Riobaldo vai até a encruzilhada das veredas mortas e realiza um pacto com o diabo. Para Galvão (1972), esse é o momento no qual essas ambiguidades são suspensas e Riobaldo adquire a força necessária para atravessar o Liso Sussuarão, vingar a morte de Joca Ramiro, matar Hermógenes, enriquecer e se tornar um latifundiário<sup>12</sup>.

Para Bolle (1997-98), o pacto é o ato-chave da obra e vai superar, através de um artifício mágico, a distância entre peões e fazendeiros. O desfecho da história, portanto, seria um paradoxo e uma exceção, pois o jagunço Riobaldo é metamorfoseado em um respeitável fazendeiro, enquanto o destino da maioria dos

---

jagunçagem. (CANDIDO, 2002). Um exemplo disso é quando Zé Bebelo, ao ser capturado por Medeiro Vaz, exige um julgamento e o recebe, com tudo aquilo que um rito da justiça burguesa deveria ter: ampla defesa e contraditório. Nesse episódio, é possível observar como civilização e barbárie não tinham lugar fixo. (BOLLE, 1997-1998, p.40).

<sup>11</sup> Se quisermos outra, pensemos na voz narrativa de Riobaldo. Ele parece um narrador tradicional de pequenas histórias que procura entender sua experiência individual. Temos, pois, o romance surgindo dentro de um fundo épico com sopros de linguagem lírica (ARRIGUCCI, 1994). Ou ainda, se pensarmos na personagem que consubstanciaria a ambivalência, chegaremos a Diadorim, que é simultaneamente homem e mulher, fonte de atração e remorsos para Riobaldo.

<sup>12</sup> Um exemplo disso é a diferença na postura de Riobaldo antes do pacto e depois deste. Quando Medeiro Vaz morre, Diadorim e os jagunços interpretam que o moribundo, como ato derradeiro, nomeara Riobaldo seu sucessor. Instado a comandar o bando por Diadorim, o narrador se recusa: "Não posso, não quero! Digo definitivo! Sou de executar, não me ajusto de produzir ordens" (ROSA, 2006, p.81). Depois do pacto, porém, ele se aferra a essa disposição de mando e não sabe ser outra coisa senão chefe do bando, roubando o posto de Zé Bebelo (pp.435-440). E futuramente proprietário.

homens que compunha esses bandos era a mendicância.

Como grande proprietário rural, Riobaldo *tem* empregados leais como servos. São antigos companheiros que protegem as terras do fazendeiro e estão dispostos a dar a vida por ele. Trocas de favores, clientelismos, relações de lealdade e proteção, permeiam a relação de Riobaldo com esses agregados, com os quais o narrador está fechado “que nem irmãos” (ROSA, 2006, p.24).

Dessa maneira, a base emocional de seu discurso será erigida por um duplo sentimento: a culpa de pactário e a preocupação de ver suas terras invadidas. Pacto feito e morto Hermógenes, não há mais a figura do jagunço nômade que vagava pelo sertão nos bandos de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, mas um homem sedentário que defende a propriedade privada e as leis úteis à sua classe. E nesse aspecto ele não poderia ser mais parecido com Paulo Honório: ambos vão se valer da violência, troca de favores e, quando conveniente, da legislação para assegurar seus quinhões de terra.

## V. CONCLUSÃO

Tanto *S. Bernardo* quanto *Grande Sertão* mostram a formação de dois latifundiários em um país que vivia um processo de modernização, mas cujos ecos do passado insistiam em se fazer presentes. Dessa maneira, a ascensão de cada um se dará com elementos de violência, relações de clientelismo, uma indistinção entre o público e o privado, as benesses do favor aos protegidos e as heranças da escravidão, que o país até hoje não soube como superar.

Além dessa modernização eivada de ambiguidades, ambos os romances mostram que esse processo de progresso não caminhou de mãos dadas com a inclusão social. Paulo Honório faz tudo para proteger sua propriedade e não se importa com o outro: pratica a usura com Padilha e ludibria este na hora de efetuar a compra da fazenda, manda assassinar o vizinho que o incomodava com a

questão dos limites da terra, invade a fazenda de outras pessoas (menos a do fazendeiro), paga salários paupérrimos aos seus funcionários e questiona a necessidade de escola em sua propriedade. Já Riobaldo, laureado pelo prestígio de ter derrotado Hermógenes *sem* participar da batalha, se aproveita da extrema vulnerabilidade social presente no sertão para garantir que seus companheiros de jagunçagem trabalhem para ele, em troca de uma pequena porção de terra. Com isso, espera manter sua propriedade inviolável contra inimigos externos. Enfim, ambos exploram o legado da nossa miséria em proveito próprio.

Uma última observação: como têm tantos elementos concernentes à realidade histórico e social de suas épocas, refratadas na subjetividade das personagens, ambos os romances podem ser lidos como instrumentos de descoberta e interpretação do Brasil. (CANDIDO, 2014).

## VI. REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI, Davi. "O Mundo Misturado". In: *Novos Estudos*. CEBRAP. nº40, novembro de 1994, PP.7-29.
- BOLLE, Willi. "O pacto no Grande Sertão – Esoterismo ou Lei Fundadora". In: *Revista da USP*, São Paulo: dezembro/fevereiro, 1997-1998. pp.26-45
- BUENO, Luís. "Graciliano Ramos". In: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora Unicamp, 2006. pp. 606-619.
- CANDIDO, Antonio. "Um instrumento de descoberta e interpretação". In: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014. pp. 429-437.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. "O homem cordial". In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp.139-151.
- LAFETÁ, João. "A Consciência da Linguagem". In: *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- \_\_\_\_\_. "O mundo à revelia". In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 34.ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- GALVÃO, Walnice. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PACHECO, Ana Paula. "A subjetividade do lobisomem". In: *Revista Literatura e Sociedade*. São Paulo, novembro de 2010.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 34.ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. "A viravolta machadiana". In: *Novos Estudos*. CEBRAP. n°. 69, julho 2004. pp.15-34.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012a.

Submetido em: 06/09/2018

Aceito em: 19/02/2019

